



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

SIMULADO FINAL

TJ SC

**Oficial de Justiça e Avaliador
- Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Oficial de Justiça Avaliador**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/6auj2KpZvWkGauDo7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/43APqpC>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

1. Observe a frase a seguir:

"Uma cidade com bibliotecas ativas é uma cidade que conversa consigo mesma."

Da leitura dessa frase, deduz-se que:

- a) as bibliotecas substituem as formas tradicionais de comunicação.
- b) cidades sem bibliotecas não possuem qualquer atividade cultural.
- c) as bibliotecas favorecem a circulação de ideias e conhecimentos.
- d) a principal função das bibliotecas é preservar documentos históricos.
- e) a comunicação urbana depende exclusivamente dos livros.

2. Observe o trecho a seguir:

"A tecnologia ampliou o acesso à informação; nem sempre, porém, ampliou a capacidade de reflexão."

A respeito da organização desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- a) O segundo segmento apresenta uma conclusão decorrente da informação expressa no primeiro.
- b) O advérbio "nem sempre" elimina completamente a validade da informação apresentada no primeiro segmento.
- c) O conectivo "porém" introduz uma ressalva à ideia positiva expressa anteriormente.
- d) A substituição de "porém" por "portanto" preservaria os sentidos originais do trecho.
- e) Os dois segmentos expressam ideias equivalentes, formuladas por meio de construções distintas.

3. Observe a frase a seguir:

"O diretor encaminhou aos conselheiros o relatório final."

Assinale a opção em que o termo destacado exerce a mesma função sintática de "o relatório final".

- a) O parecer desagradou **aos interessados**.
- b) O servidor necessitava **de orientação técnica**.
- c) O juiz considerou **procedente** o pedido.
- d) O relator apresentou **sua manifestação** aos membros da comissão.
- e) O documento fazia referência **à decisão anterior**.

4. Em relação ao emprego do pronome SE nas frases a seguir, assinale aquela em que ele atua como índice de indeterminação do sujeito.

- a) Divulgaram-se os resultados da pesquisa ao final do evento.
- b) Encaminharam-se aos setores competentes as recomendações da auditoria.
- c) Necessita-se de maior integração entre os órgãos de controle.
- d) Publicaram-se, no Diário Oficial, os atos administrativos.
- e) Apresentaram-se os relatórios exigidos pela comissão.

5. Observe a frase:

"A *maioria dos participantes* concordou com a proposta."

Sobre a concordância verbal empregada, assinale a afirmativa correta.

- a) O verbo deveria obrigatoriamente estar no plural.
- b) O verbo concorda corretamente com o núcleo do sujeito.
- c) Há erro de concordância.
- d) O verbo concorda com o termo "participantes".
- e) Trata-se de concordância por atração.

6. Assinale a frase em que ocorre emprego de linguagem figurada.

- a) O técnico examinou os documentos.
- b) O aluno abriu o livro.
- c) A notícia caiu como uma bomba na empresa.
- d) O servidor protocolou o requerimento.
- e) O motorista estacionou o veículo.

7. Assinale a frase em que ocorre inversão da ordem direta dos termos da oração.

- a) Os candidatos aguardavam o resultado.
- b) O professor explicou a matéria.
- c) Chegaram ao auditório os convidados.
- d) O gerente aprovou a proposta.
- e) Todos compreenderam a decisão.

8. Observe o trecho:

"Se houvesse planejamento adequado, os resultados seriam melhores."

A correlação verbal expressa:

- a) fato concluído.
- b) ordem.
- c) condição não realizada.
- d) explicação.
- e) consequência inevitável.

9. Em:

"Os relatórios foram analisados pela comissão."

A forma verbal encontra-se na:

- a) voz ativa.
- b) voz reflexiva.
- c) voz passiva sintética.
- d) voz passiva analítica.
- e) voz recíproca.

10. Leia o trecho:

"A proposta foi rejeitada; os argumentos apresentados não convenceram os conselheiros."

O ponto e vírgula foi empregado para:

- a) introduzir explicação.
- b) marcar interrupção de raciocínio.
- c) separar orações de relativa autonomia sintática.
- d) indicar discurso direto.
- e) substituir obrigatoriamente dois-pontos.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC

Emerson Bruno

11. De acordo com o previsto no Regimento Interno do TJSC, não constitui órgão do Tribunal:

- a) a Seção Cível.
- b) os Grupos de Câmaras de Direito Civil.
- c) os Grupos de Câmaras Criminais.
- d) a Seção de Direito Público.
- e) as Câmaras de Direito Público.

12. Mariana, estudante de Direito da UFSC, resolve discorrer sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça em trabalho acadêmico. Sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça conclui corretamente que ela será realizada:

- a) Na primeira semana do mês de novembro dos anos pares.
- b) Na primeira semana do mês de dezembro dos anos ímpares.
- c) Na segunda semana do mês de novembro dos anos pares.
- d) Na primeira semana do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) Na primeira semana do mês de outubro dos anos ímpares.

13. De acordo com o Regimento Interno, os cargos de direção e as funções administrativas do TJSC terão mandato de:

- a) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo ou função.
- b) 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- c) 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- d) 3 (três) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- e) 1 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.

14. Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, a remessa do processo de um setor para outro deverá ocorrer:

- a) mediante carga física obrigatória.
- b) preferencialmente por correio eletrônico institucional.
- c) exclusivamente por determinação judicial expressa.
- d) via sistema informatizado.
- e) mediante protocolo físico em livro próprio.

15. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, é correto afirmar que:

- a) o cadastro processual poderá ser realizado com data retroativa em situações urgentes.
- b) o cadastro dos processos observará as tabelas processuais unificadas do CNJ.
- c) a distribuição manual possui preferência sobre a automática.
- d) o encaminhamento dos processos ao destino poderá ocorrer mensalmente.
- e) os casos urgentes deverão aguardar conferência posterior para remessa.

16. Ao receber processo para elaboração do cálculo das custas finais, o contador deverá:

- a) limitar-se à apuração do valor principal da dívida.
- b) remeter imediatamente os autos à origem sem inclusão em fluxo administrativo.
- c) aguardar autorização da parte vencedora para definição da sucumbência.
- d) incluir o valor do débito no fluxo de cobrança administrativa de custas finais.
- e) encaminhar os autos diretamente ao Conselho da Magistratura.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

17. A prefeita do Município de Bela Serra, Marina, e o presidente da câmara municipal, Henrique, combinaram informalmente a seguinte estratégia: ela nomearia o irmão de Henrique para cargo em comissão no gabinete do Executivo, enquanto ele nomearia a sobrinha da prefeita para função de confiança no Legislativo local.

Ambos os nomeados possuíam formação compatível com as atribuições dos cargos e os atos de nomeação foram formalmente expedidos pelas autoridades competentes. Após a divulgação da situação, instaurou-se discussão sobre a validade jurídica das nomeações.

No que se refere ao princípio da moralidade administrativa, assinale a opção **correta**.

- a) As nomeações são válidas, porque a existência de qualificação técnica dos nomeados afasta qualquer questionamento fundado em moralidade administrativa.
- b) As nomeações são inválidas, pois o ajuste recíproco entre autoridades para nomeação de parentes configura nepotismo cruzado, incompatível com a moralidade administrativa, ainda que os atos apresentem aparência formal de regularidade.
- c) As nomeações são válidas, pois a moralidade administrativa se confunde integralmente com a moral comum, razão pela qual somente condutas socialmente escandalosas poderiam ser invalidadas por esse fundamento.
- d) As nomeações são inválidas apenas se houver lei municipal específica proibindo expressamente a conduta, já que o princípio da moralidade não possui autonomia suficiente para sustentar a invalidação do ato.
- e) As nomeações são válidas, pois a vedação ao nepotismo alcança apenas situações em que a autoridade nomeia diretamente parente seu, não incidindo quando a nomeação é praticada por agente político diverso

18. Cláudio, servidor público responsável por analisar pedidos administrativos de determinada empresa privada, aceitou prestar consultoria remunerada para essa mesma empresa enquanto ainda exercia suas atribuições no órgão público. A atuação da empresa poderia ser diretamente beneficiada por decisões, ações ou omissões relacionadas ao cargo ocupado por Cláudio.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) A conduta de Cláudio não configura improbidade administrativa, pois a prestação de consultoria privada somente seria vedada se houvesse efetivo dano patrimonial ao erário.
- b) A aceitação de atividade de consultoria para pessoa jurídica com interesse suscetível de ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público pode caracterizar ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, desde que praticado mediante ato doloso.
- c) A sanção de proibição de contratar com o poder público, na hipótese de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito, deve ficar sempre restrita ao ente público diretamente lesado, sem possibilidade de ampliação.
- d) A multa civil aplicável ao responsável por ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito é sempre fixa e não pode ser majorada em razão da situação econômica do réu.
- e) Na hipótese de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito, a suspensão dos direitos políticos não pode ser aplicada, sendo cabíveis apenas a perda dos bens acrescidos ilicitamente e o ressarcimento ao erário

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO*Douglas Schneider*

19. Em uma unidade judiciária, a redistribuição dos fluxos de trabalho gerou queda no engajamento dos servidores. Em vez de apenas reforçar metas e cobrar produtividade, o gestor passou a esclarecer o propósito das tarefas, reconhecer as entregas e ampliar a participação da equipe nas decisões operacionais, observando melhora no clima e no desempenho. Considerando os conceitos de comportamento organizacional e de gestão de pessoas no serviço público, assinale a opção correta.
- a) A motivação dos servidores decorre exclusivamente de recompensas financeiras, de modo que medidas de reconhecimento e participação têm efeito irrelevante sobre o desempenho.
 - b) Liderança e chefia são sinônimos, pois a capacidade de influenciar a equipe resulta automaticamente da autoridade formal atribuída ao ocupante do cargo.
 - c) A motivação envolve fatores intrínsecos, como o sentido do trabalho, o reconhecimento e a participação, e a liderança eficaz atua sobre o engajamento, e não apenas sobre a imposição de metas.
 - d) O clima organizacional constitui aspecto subjetivo sem relação com a produtividade, razão pela qual não deve orientar a atuação gerencial no setor público.
 - e) A cultura organizacional pode ser substituída de imediato por ato normativo da chefia, dispensando processos de comunicação e de construção de valores compartilhados.
20. Para fortalecer a integridade institucional, um tribunal de justiça implantou, de forma articulada, código de conduta, canais de denúncia, gestão de riscos e mecanismos de transparência ativa, com a finalidade de prevenir irregularidades antes que se concretizem, em vez de apenas reagir a desvios já ocorridos. À luz da integridade institucional e da governança no serviço público, assinale a opção correta.
- a) A integridade institucional resume-se à punição posterior dos infratores, não abrangendo medidas preventivas de gestão de riscos e de controle.
 - b) A transparência ativa somente se concretiza mediante requerimento do cidadão interessado, dependendo de provocação para que as informações sejam disponibilizadas.
 - c) A gestão de riscos é incompatível com a Administração Pública, por pertencer exclusivamente à lógica de mercado das organizações privadas.
 - d) Os programas de integridade possuem caráter preventivo e sistêmico, articulando conduta ética, controle, gestão de riscos e transparência para evitar a ocorrência de irregularidades.
 - e) A existência de canais de denúncia viola o princípio da impessoalidade, pois estimula a perseguição pessoal entre servidores e deve ser evitada no setor público.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emannuelle Gouveia

21. No contexto dos componentes de um computador, identifique qual situação exemplifica corretamente a interação entre hardware e software:

- a) O sistema operacional aumenta fisicamente a capacidade de armazenamento do SSD durante sua execução.
- b) A memória RAM substitui automaticamente o sistema operacional quando o computador é ligado.
- c) Um programa de edição de texto utiliza o processador e a memória para executar suas instruções e processar dados.
- d) O teclado executa instruções de software de forma independente, sem depender do sistema operacional.
- e) O monitor armazena permanentemente os arquivos criados pelos aplicativos.

22. No Microsoft Excel, em português, um usuário deseja contar quantas células, em um intervalo, atendem simultaneamente a mais de um critério. Qual função é mais adequada para essa finalidade?

- a) SOMA
- b) CONT.NÚM
- c) CONT.SE
- d) MÉDIASE
- e) CONT.SES

23. Conforme a LGPD, um órgão público compartilha dados pessoais com outra entidade da administração pública para a execução de uma política pública prevista em lei. Nesse contexto, o compartilhamento dos dados:

- a) Depende exclusivamente do consentimento prévio e expresso do titular.

b) É proibido, pois dados pessoais não podem ser compartilhados entre órgãos públicos.

c) Somente pode ocorrer após autorização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

d) Pode ser realizado quando necessário para a execução de competências legais ou de políticas públicas previstas em leis e regulamentos.

e) Exige a anonimização dos dados antes de qualquer forma de tratamento.

24. No Windows 10 e no Windows 11, um usuário deseja liberar espaço de armazenamento sem excluir definitivamente seus arquivos pessoais. Para isso, ele move diversos arquivos para a Lixeira. Enquanto os arquivos permanecerem na Lixeira:

- a) Não poderão ser restaurados para seus locais de origem.
- b) Serão automaticamente transferidos para um dispositivo de armazenamento externo.
- c) Poderão ser restaurados para seus locais originais pelo usuário.
- d) Deixarão de ocupar espaço em disco até que sejam recuperados.
- e) Serão convertidos em arquivos temporários do sistema.

25. Uma organização adotou uma política segundo a qual cada colaborador deve possuir acesso apenas aos sistemas e informações estritamente necessários para desempenhar suas atividades. Essa prática tem como principal objetivo:

- a) Reduzir o risco de acessos indevidos e limitar os impactos de eventuais comprometimentos de contas.
- b) Garantir que todos os usuários tenham acesso aos mesmos recursos corporativos.
- c) Eliminar a necessidade de autenticação nos sistemas internos.
- d) Impedir a realização de auditorias sobre o uso das informações.
- e) Substituir mecanismos de criptografia e controle de acesso.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA*Lilian Novakoski*

26. A dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil e orienta a interpretação dos direitos humanos e fundamentais. Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) A dignidade da pessoa humana protege apenas direitos individuais de liberdade.
- b) A dignidade da pessoa humana possui caráter absoluto, não admitindo qualquer ponderação com outros direitos fundamentais.
- c) A dignidade da pessoa humana constitui valor-fonte do sistema jurídico, servindo de fundamento para a proteção dos direitos humanos.
- d) A dignidade da pessoa humana aplica-se exclusivamente aos cidadãos brasileiros.
- e) A dignidade da pessoa humana é princípio exclusivamente previsto em tratados internacionais.

27. O devido processo legal, previsto na Constituição Federal, possui dimensão formal e material. A dimensão material do princípio corresponde à:

- a) Necessidade de observância dos prazos processuais.
- b) Exigência de citação válida em todos os processos.
- c) Garantia de que leis e atos estatais observem critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
- d) Obrigatoriedade de realização de audiência em qualquer procedimento.
- e) Necessidade de defesa técnica exclusivamente por advogado particular.

28. A respeito da efetividade da prestação jurisdicional e do acesso à justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O acesso à justiça se esgota no direito de ingressar com ação judicial.
- b) A efetividade jurisdicional exige apenas a existência de órgãos do Poder Judiciário.
- c) O acesso à justiça compreende o direito a uma tutela jurisdicional adequada, efetiva e prestada em prazo razoável.
- d) A duração razoável do processo aplica-se exclusivamente ao processo penal.
- e) O acesso à justiça não possui relação com os direitos humanos.

29. Acerca das características dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A universalidade significa que os direitos humanos são garantidos apenas aos nacionais de determinado Estado.
- b) A indivisibilidade indica que os direitos humanos não podem ser modificados por tratados internacionais.
- c) A universalidade e a indivisibilidade demonstram que todos os direitos humanos possuem igual relevância e destinam-se a todas as pessoas.
- d) A indivisibilidade autoriza a supressão de direitos sociais quando preservados os direitos civis e políticos.
- e) A universalidade impede a adoção de medidas especiais voltadas a grupos vulneráveis.

30. A igualdade material permite tratamentos diferenciados destinados à redução de desigualdades concretas, através das chamadas ações afirmativas. Por isso, ações afirmativas e políticas inclusivas são compatíveis com a Constituição e com os direitos humanos.

No contexto das políticas judiciárias de inclusão e cidadania, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário limita-se à resolução de conflitos individuais, não possuindo funções relacionadas à promoção de direitos.
- b) A promoção do acesso à justiça é atribuição exclusiva da Defensoria Pública.
- c) As políticas judiciárias de inclusão buscam eliminar barreiras econômicas, sociais, culturais e físicas que dificultam o exercício de direitos.
- d) O acesso à justiça restringe-se aos processos judiciais tradicionais.
- e) A atuação judicial voltada à cidadania é incompatível com o princípio da imparcialidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Luiz, técnico em informática, passou a prestar serviços de recuperação de dados digitais. Lei municipal posterior condicionou o exercício dessa atividade à obtenção de licença expedida pela Secretaria Municipal de Administração, embora não houvesse lei federal regulamentando a profissão nem demonstração de risco social específico. Com base nessa lei, Luiz foi impedido de continuar exercendo a atividade.

À luz da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) A norma constitucional sobre liberdade profissional é de eficácia plena, sendo vedada qualquer restrição estatal.
- b) A liberdade profissional depende sempre de lei regulamentadora, inexistindo direito ao exercício imediato da atividade.
- c) A norma é de eficácia contida, admitindo exercício imediato e restrição legal proporcional.
- d) A lei municipal é válida, pois a regulamentação de profissões é matéria de interesse local.
- e) A norma é programática, cabendo ao legislador escolher livremente quando permitir a profissão.

32. Um grupo de moradores organizou manifestação pacífica em frente ao fórum da comarca, em dia útil, para criticar a demora no cumprimento de decisões judiciais. A Administração local, preocupada com a circulação de servidores e jurisdicionados, proibiu previamente qualquer reunião nas imediações do prédio, ainda que sem armas e sem bloqueio total de acesso.

À luz da CF/1988, assinale a alternativa correta.

- a) A reunião pode ser proibida previamente sempre que ocorrer nas proximidades de prédio público.
- b) A manifestação depende de autorização judicial, pois envolve crítica ao funcionamento do Poder Judiciário.
- c) A reunião é ilícita, pois o direito de manifestação não se aplica a atos realizados em frente a fóruns.
- d) A Administração pode dissolver qualquer reunião pública, ainda que pacífica, por razões genéricas de conveniência.
- e) A reunião pacífica independe de autorização, exigindo-se apenas prévio aviso e ausência de frustração de outra reunião.

33. No Estado Alfa, a Assembleia Legislativa aprovou lei estadual criando o Município de Aurora do Norte, mediante desmembramento territorial do Município de Vale Sereno. Antes da votação, foi divulgado estudo de viabilidade municipal, e realizou-se plebiscito apenas entre os eleitores residentes no distrito que pretendia se emancipar. A lei estadual foi aprovada por maioria absoluta e sancionada pelo governador, embora inexistisse lei complementar federal estabelecendo o período para criação de novos Municípios.

Considerando a disciplina constitucional sobre a organização político-administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A lei estadual é constitucional, desde que precedida de estudo de viabilidade e aprovada pela Assembleia Legislativa.
- b) A criação é inconstitucional, pois faltam lei complementar federal e consulta aos Municípios envolvidos.
- c) O vício limita-se ao plebiscito, já que a competência estadual supre a ausência de lei federal.
- d) A consulta ao distrito emancipando basta, pois apenas essa população decide sobre a autonomia local.
- e) A sanção do governador convalida o procedimento, salvo se houver impugnação direta no STF.

34. A Assembleia Legislativa do Estado Alfa instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apurar irregularidades determinadas em contratos administrativos celebrados por secretaria estadual. No curso dos trabalhos, a CPI, por deliberação fundamentada, determinou a quebra de sigilo bancário de servidores investigados, a interceptação telefônica de empresários contratados e a busca e apreensão em residências particulares.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A CPI pode determinar a quebra de sigilo bancário, mas não interceptação telefônica nem busca domiciliar.
- b) A CPI estadual é inválida, pois apenas o Congresso Nacional pode instaurar comissão parlamentar de inquérito.
- c) Todas as medidas são válidas, desde que aprovadas pela maioria absoluta dos parlamentares.
- d) A CPI não pode determinar nenhuma medida invasiva sem autorização do chefe do Executivo.
- e) A CPI somente pode investigar agentes públicos, sendo vedada a apuração de particulares contratados.

35. A Constituição do Estado Alfa, em norma expressa, autoriza o Governador a editar medidas provisórias, com força de lei, em caso de relevância e urgência, submetendo-as imediatamente à Assembleia Legislativa. Com fundamento nessa previsão, o Governador editou medida provisória para reorganizar a estrutura interna de secretaria estadual, sem criação de cargos, sem aumento de despesa e sem tratar de matéria vedada pelo modelo federal.

Partido político com representação na Assembleia Legislativa questionou o ato, sustentando que a medida provisória é espécie normativa exclusiva do Presidente da República e que sua adoção pelos Estados violaria o princípio da separação dos Poderes.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A medida provisória estadual é inválida, pois o art. 62 da CF/1988 é norma federal sem aplicação aos Estados.
- b) A medida provisória estadual é válida mesmo sem previsão estadual, desde que haja urgência comprovada.
- c) A medida provisória estadual é admitida se prevista na Constituição estadual e compatível com o modelo federal.
- d) A medida provisória estadual dispensa conversão legislativa, pois tem força de lei desde a edição.
- e) A medida provisória estadual só pode versar sobre matéria tributária, por simetria com o art. 62 da CF/1988.

36. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa editou resolução interna alterando critérios de lotação e remoção de servidores entre comarcas, sob o fundamento de racionalização administrativa. Um servidor, alegando violação à impessoalidade e à publicidade, apresentou pedido de providências ao Conselho Nacional de Justiça para anular o ato administrativo. No mesmo requerimento, pediu que o CNJ reformasse decisão proferida por

magistrado estadual em ação individual na qual discutia sua remoção.

Considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) O CNJ não pode apreciar atos de tribunais estaduais, pois sua competência se limita ao Judiciário da União.
- b) O CNJ pode rever a decisão judicial, desde que a causa envolva matéria administrativa.
- c) O CNJ pode controlar o ato administrativo, mas não substituir o juiz no processo.
- d) O CNJ exerce jurisdição revisional sobre decisões judiciais administrativas dos tribunais.
- e) O CNJ só pode atuar após recurso ao STF, quando houver ofensa direta à CF/1988.

37. O Estado Alfa, alegando necessidade de readequação fiscal, revogou integralmente lei que mantinha rede estadual de acolhimento noturno, alimentação e encaminhamento socioassistencial de pessoas em situação de rua. A revogação não foi acompanhada de estudo de impacto, regra de transição ou programa substitutivo. A justificativa oficial afirmou apenas que as normas constitucionais sobre assistência social teriam natureza programática, razão pela qual não imporiam vinculação jurídica à Administração.

Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) A revogação é válida sempre que fundada em contenção de despesas públicas.
- b) A assistência social depende de contribuição prévia, salvo situação de calamidade.
- c) Normas programáticas orientam o legislador, mas não servem ao controle judicial.
- d) A supressão integral e imotivada pode configurar retrocesso social inconstitucional.
- e) Direitos sociais não são exigíveis quando sua implementação exige orçamento.

38. O Distrito Federal editou lei disciplinando, em um único diploma, regras sobre funcionamento de serviços públicos locais e normas de interesse regional típicas dos Estados. Um cidadão alegou que a lei seria inconstitucional porque o Distrito Federal não pode legislar como Município e Estado simultaneamente.

Considerando a organização do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) O Distrito Federal possui apenas competências estaduais, pois não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal exerce competências estaduais e municipais, salvo exceções constitucionais.
- c) O Distrito Federal possui soberania própria, por acumular competências legislativas distintas.
- d) A competência municipal do Distrito Federal depende de autorização da União em lei complementar.
- e) A autonomia distrital é inferior à municipal, pois Brasília integra a Administração federal.

39. O Tribunal de Justiça encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei criando cargos efetivos em sua estrutura administrativa. Durante a tramitação, parlamentar apresentou emenda que, além de alterar a redação do projeto, criou gratificação não prevista originalmente e aumentou a despesa total da proposta. A emenda foi aprovada e o projeto seguiu para sanção.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, pois aumenta despesa em projeto de iniciativa reservada ao Judiciário.
- b) A emenda é constitucional, pois o Legislativo pode alterar livremente projetos de lei que recebe.
- c) A sanção do governador convalida eventual vício de iniciativa ou aumento de despesa.
- d) A emenda seria válida apenas se aprovada por maioria absoluta dos parlamentares.

e) A criação de cargos no Judiciário é matéria de iniciativa concorrente entre os Poderes.

40. No curso do mandato presidencial, o Presidente da República ausentou-se do País por vinte dias, sem licença do Congresso Nacional. Posteriormente, o Vice-Presidente também se ausentou, e surgiram dúvidas sobre os efeitos constitucionais dessas ausências e sobre a linha de substituição presidencial.

Assinale a alternativa correta.

- a) A ausência do Presidente por mais de dez dias sem licença caracteriza crime comum.
- b) O Vice-Presidente substitui o Presidente, mas não pode sucedê-lo em caso de vaga.
- c) O Presidente pode ausentar-se por até trinta dias sem autorização do Congresso.
- d) A linha sucessória inclui, após o Vice, os Presidentes da Câmara, Senado e STF.
- e) A ausência superior a quinze dias sem licença pode acarretar perda do cargo.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

41. Teobaldo, preparando-se para o concurso público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ao estudar a sequência padrão de etapas do procedimento licitatório, afirmou corretamente que:

- a) A fase de habilitação consiste na verificação da regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômico-financeira do licitante, devendo anteceder a fase de julgamento das propostas.
- b) A fase de julgamento das propostas é invariavelmente regida pelo critério do preço, tendo em vista o princípio da economicidade, expresso na Lei de Licitações.
- c) A homologação é o ato pelo qual a autoridade superior ratifica e torna eficaz o resultado da licitação, encaminhando para posterior análise da manutenção da conveniência e oportunidade do certame.
- d) A fase preparatória é obrigatória e antecede a fase externa da licitação, incluindo a elaboração do estudo técnico preliminar, termo de referência ou projeto básico, pesquisa de preços e análise de riscos.
- e) Na fase recursal, os recursos são obrigatoriamente julgados pela comissão de licitação, sendo vedada a delegação do julgamento à autoridade superior, por tratar-se de recurso administrativo

42. Josafá, recém nomeado para cargo efetivo no Ministério Público do Estado Alfa, ao examinar um processo judicial por improbidade administrativa, discutia com Roberta, sua colega de repartição, os detalhes da Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, tendo afirmado corretamente que:

- a) A pena de ressarcimento ao erário tem caráter sancionatório e, assim como as demais condenações da Lei nº 8.429/1992, submete-se ao prazo prescricional de 8 anos.
- b) O magistrado que, no exercício da função administrativa, causa dano ao erário dolosamente

pode ser réu em ação de improbidade administrativa.

- c) Valendo-se da interpretação extensiva das listas de hipóteses de improbidade dos artigos 9º, 10 e 11, é cabível a caracterização do ato de improbidade administrativa mesmo sem expressa previsão legal, dado serem três listas exemplificativas de atos de improbidade.
- d) A suspensão de direitos políticos é sanção aplicável a todos os atos de improbidade, visto constituir punição prevista expressamente na Constituição Federal.
- e) O prazo prescricional da ação de improbidade é de 8 anos contados do conhecimento do fato irregular pelo poder público.

43. Acerca da responsabilidade extracontratual do Estado por atos omissivos, assinale a alternativa compatível com os entendimentos dos Tribunais Superiores.

- a) A responsabilidade do Estado por morte de detento em estabelecimento prisional é de natureza subjetiva, exigindo comprovação de culpa do serviço, ainda que anônima.
- b) A omissão estatal, em qualquer hipótese, gera responsabilidade subjetiva do Estado, por força do art. 37, §6º, da CF/88, que não distingue ação de omissão.
- c) É objetiva a responsabilidade do Estado por omissão específica, em que o Estado assumiu o compromisso de evitar o dano, equiparando-se à responsabilidade por ação.
- d) Nas omissões específicas, o caso fortuito não pode ser invocado pelo Estado como excludente de responsabilidade, pois o risco da atividade administrativa é assumido pelo Poder Público.
- e) A responsabilidade civil do Estado por omissão específica aplica-se exclusivamente às relações de custódia, como internos em presídios e pacientes em hospitais públicos

44. Acerca do controle judicial da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O Judiciário pode substituir o mérito administrativo do ato discricionário sempre que entender que a escolha da Administração não foi a mais adequada ao interesse público.
- b) O mandado de segurança é ação constitucional voltada à proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado por ato ilegal ou abusivo de autoridade, sendo cabível somente em face de atos do Poder Executivo.
- c) A ação popular pode ser ajuizada por qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, independentemente da comprovação de dano.
- d) O prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança é de cento e cinquenta dias, contados da ciência do ato impugnado pelo interessado.
- e) A ação civil pública não pode ser utilizada para o controle da Administração Pública, por ser instrumento voltado exclusivamente à tutela de direitos difusos relacionados ao meio ambiente

45. Considerando os princípios e normas que regem o processo administrativo, especialmente a Lei federal 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo deve observar o princípio do formalismo moderado, sendo admitidas formas simples que atendam aos fins do ato, vedada a forma oral em qualquer caso.
- b) A autotutela administrativa permite que a Administração anule seus atos ilegais a qualquer tempo, em homenagem ao princípio da legalidade.
- c) O recurso administrativo pode ser apresentado por razões de legalidade e de mérito, no prazo de dez dias a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, devendo ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de trinta dias, encaminhará o expediente recursal à autoridade superior.

d) O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, porém o administrado não terá garantida nova oportunidade de defesa no prosseguimento do processo.

e) O princípio da oficialidade impõe à Administração o dever de impulsionar o processo administrativo de ofício, independentemente de provocação dos interessados, visando à sua regular instrução e ao atingimento de decisão justa

46. Sobre as agências reguladoras e sua inserção no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) As agências reguladoras são autarquias em regime especial, criadas diretamente por decreto do Poder Executivo, independentemente de lei específica.
- b) O poder normativo das agências reguladoras é idêntico ao poder regulamentar do Presidente da República, podendo editar normas com força de lei para os setores regulados.
- c) A estabilidade reforçada dos diretores das agências reguladoras, com mandatos fixos e impossibilidade de exoneração ad nutum, visa blindar a entidade de pressões políticas e econômicas, garantindo maior autonomia técnica.
- d) As agências reguladoras não se submetem ao controle exercido pelo Congresso Nacional, por serem entidades dotadas de autonomia reforçada.
- e) As agências reguladoras podem editar normas que inovem originariamente no ordenamento jurídico, criando obrigações novas aos particulares sem lei prévia que as fundamente, com base na delegação legislativa implícita

47. Pedro e Bino, agentes de contratação no Estado Gama, foram chamados a conduzir um procedimento licitatório, porém afirmaram que não seria obrigatória sua realização, por se tratar da seguinte situação de licitação dispensável:

- a) Estado de Santa Catarina vai intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) venda de bens móveis produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades
- d) restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.
- e) locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

48. No que se refere à duração dos contratos administrativos, à luz da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) É de no máximo 5 anos a vigência dos contratos de serviço continuado, inclusive quanto à operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, sendo possível a prorrogação pelo máximo de 10 anos (vigência decenal).
- b) Terão a duração máxima de 35 anos os contratos de eficiência em que não houver investimento pelo particular contratado.
- c) Não se admite a celebração de contrato administrativo por prazo indeterminado.
- d) Os contratos de fornecimentos contínuos terão duração de até 5 anos, embora possam ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 anos.

e) Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência não admite prorrogação.

49. No que diz respeito ao regime dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens públicos em uso, como prédios das repartições públicas, podem ser alienados livremente pelo Poder Público, desde que precedida de licitação na modalidade leilão, e adotados os requisitos procedimentos previstos em lei.
- b) Diferentemente dos demais, os bens dominiais podem ser alienados, desde que observadas as exigências legais, como autorização legislativa, avaliação prévia e , em regra, a realização de licitação na modalidade leilão.
- c) A afetação é o ato pelo qual o poder público retira o bem público de sua destinação específica, tornando-o patrimonialmente disponível.
- d) É admitida pelo ordenamento jurídico usucapião de bem público nas hipóteses de posse prolongada por particular de boa-fé.
- e) Os bens de uso especial, diferentemente dos bens de uso comum, são insuscetíveis de usucapião

50. Tomando por base o regramento constitucional atinente aos agentes públicos e considerando as particularidades pertinentes ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) a proibição de acumular cargos e empregos públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo, mas não do Poder Judiciário.
- b) é lícita a acumulação de um cargos de natureza científica ou técnica com outro de qualquer natureza.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, membros do Poder Judiciário estão autorizados a exercerem uma função de magistério.
- d) tornam-se efetivos, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- e) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

51. Pedro tem 15 anos, seus pais, satisfeitos com a maturidade do filho, assinaram instrumento particular declarando que Pedro estava autorizado a praticar todos os atos da vida civil, inclusive contratar em nome próprio. Dias depois, Pedro celebrou, sem a participação dos pais, contrato de locação comercial por três anos e contrato de prestação de serviços com uma agência de marketing. À luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) Pedro é plenamente capaz, pois a existência de economia própria antes dos 18 anos faz cessar automaticamente a incapacidade civil.
- b) Pedro é relativamente incapaz, pois possui mais de 14 anos e menos de 18 anos, razão pela qual os contratos são apenas anuláveis.

- c) Pedro é absolutamente incapaz, pois ainda não completou 16 anos; além disso, a emancipação voluntária exige, no mínimo, 16 anos completos e concessão por instrumento público.
- d) Pedro é plenamente capaz, pois a autorização dos pais, ainda que por instrumento particular, basta para produzir emancipação civil.
- e) Pedro é relativamente incapaz, mas a incapacidade cessou pela atividade econômica, já que o Código Civil não exige idade mínima para a emancipação decorrente de economia própria.

52. A respeito da renúncia da prescrição, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Pode ser feita antes de consumado o prazo prescricional.
- b) Somente pode ocorrer de forma expressa.
- c) Pode ser expressa ou tácita, mas só valerá depois de consumada a prescrição e sem prejuízo de terceiro.
- d) É válida ainda que prejudique terceiro.
- e) Extingue o próprio direito material do credor.

53. A respeito das obrigações, conforme o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Até a tradição, os melhoramentos e acréscidos da coisa pertencem ao credor, sem que o devedor possa exigir aumento no preço.
- b) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe sempre ao credor, ainda que nada tenha sido estipulado pelas partes.
- c) A solidariedade entre devedores presume-se quando houver pluralidade de sujeitos no polo passivo da obrigação.
- d) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda que depois se prove que ele não era o verdadeiro credor.
- e) Se o credor for evicto da coisa recebida em dação em pagamento, permanece eficaz a quitação dada ao devedor.

54. Daniel e Sofia vivem em união estável pública, contínua e duradoura há oito anos, com objetivo de constituir família. Eles não celebraram contrato escrito regulando o patrimônio. Durante a convivência, Daniel comprou um apartamento, registrado apenas em seu nome. Com o fim da união estável, é correto afirmar que:

- a) Sofia não tem direito à partilha, pois a união estável só produz efeitos patrimoniais após conversão em casamento.
- b) Como não houve contrato escrito, aplica-se obrigatoriamente o regime da separação total de bens.
- c) Aplica-se o regime da comunhão universal de bens, comunicando-se todos os bens presentes e futuros dos companheiros.
- d) O apartamento não se comunica, pois foi registrado exclusivamente em nome de Daniel.
- e) Salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se à união estável, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

55. Joana, servidora pública estadual, ajuizou pedido de repactuação de dívidas por superendividamento, alegando que seus empréstimos pessoais, cartão de crédito e compras parceladas comprometiam seu mínimo existencial. Na audiência de conciliação, um dos bancos compareceu por advogado com poderes para transigir, mas recusou a proposta apresentada e não formulou contraproposta. O juiz, então, aplicou ao banco as sanções do art. 104-A, §2º, do CDC.

Nesse caso, à luz do CDC e da orientação do STJ, é correto afirmar que:

- a) o banco deve ser submetido ao plano, pois a ausência de contraproposta equivale ao não comparecimento.

- b) a dívida deve ser extinta, pois a recusa à proposta viola a boa-fé objetiva.
- c) as sanções dependem apenas da comprovação de culpa do credor.
- d) o procedimento é incabível, pois dívidas bancárias não integram o superendividamento.
- e) as sanções não se aplicam se o credor compareceu regularmente.

56. Rafael percebeu que sua operadora de telefonia vinha cobrando, há seis meses, valor mensal referente a serviço digital que jamais contratou. Para evitar o bloqueio da linha, pagou as faturas e depois ajuizou ação de repetição do indébito. A operadora reconheceu o erro, mas alegou falha interna de sistema e sustentou que a devolução deveria ser simples, pois não houve má-fé.

Nesse caso, é correto afirmar que Rafael tem direito:

- a) apenas à devolução simples, pois a repetição em dobro exige prova de má-fé.
- b) à devolução simples, salvo se demonstrar que sofreu dano moral presumido.
- c) à repetição em dobro, salvo hipótese de engano justificável.
- d) à repetição em dobro automática, ainda que a cobrança tenha decorrido de engano justificável.
- e) apenas ao cancelamento do serviço, pois o pagamento da fatura convalidou a cobrança.

57. Júlia adquiriu, em loja física, uma geladeira nova para sua residência. Após 11 meses de uso, o equipamento passou a apresentar falha intermitente no sistema de refrigeração, inutilizando alimentos perecíveis. A assistência técnica informou que se tratava de defeito interno de fabricação, não perceptível no momento da compra, e ofereceu reparo no prazo de 30 dias. A fornecedora recusou a substituição imediata, sustentando que o prazo decadencial já havia transcorrido, pois se passaram mais de 90 dias da entrega do produto.

Nesse caso, à luz do CDC, é correto afirmar que:

- a) Júlia perdeu o direito de reclamar, pois o prazo decadencial conta-se sempre da entrega efetiva do produto durável.
- b) Júlia deve aguardar o prazo de 30 dias, pois a substituição imediata só é admitida em caso de fato do produto.
- c) Júlia pode exigir imediatamente a substituição, restituição ou abatimento, se o vício comprometer produto essencial.
- d) a fornecedora responde apenas se comprovada culpa na fabricação, por se tratar de defeito surgido após a entrega.
- e) o caso envolve fato do produto, pois houve prejuízo econômico decorrente da perda dos alimentos armazenados.

58. Laura contratou, em site de agência de turismo, pacote internacional anunciado como “preço final por pessoa”, com passagens, hospedagem e traslado. Após o pagamento, recebeu voucher informando que, no hotel, seria cobrada taxa obrigatória de resort, e que as tarifas aeroportuárias seriam pagas separadamente no check-in. A agência sustentou que tais valores eram exigidos por terceiros, que havia link para “condições gerais” no rodapé da página e que a expressão “preço final” se referia apenas aos serviços diretamente prestados por ela.

Nesse caso, à luz do CDC, é correto afirmar que a conduta da agência configura:

- a) publicidade lícita, pois custos cobrados por terceiros não integram a oferta do fornecedor.
- b) mero inadimplemento contratual, sem incidência das regras de publicidade do CDC.
- c) publicidade abusiva, por explorar a vulnerabilidade emocional do consumidor turista.
- d) publicidade enganosa por omissão, cabendo ao fornecedor provar a correção da informação.
- e) prática válida, se o link para condições gerais estava disponível antes da contratação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

59. Analisando a repetição de matérias recebidas em virtude de recursos, o presidente do Tribunal de Justiça pretende separar determinados temas a fim de que se analise a possibilidade de fixação de tese repetitiva ou elaboração de súmula. De acordo com o Código de Processo civil,
- a) Ao editar enunciados de súmula, os tribunais não podem ser ater às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.
 - b) Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, obrigatoriamente, na rede mundial de computadores.
 - c) O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão unicamente de direito material.
 - d) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos deverá ser precedida de audiências públicas.
 - e) Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante.

60. Tício ajuizou ação de indenização por danos materiais em desfavor de Mévio. Após a citação do réu, Tício pretende aditar o pedido, incluindo indenização por danos morais. De acordo com o Código de Processo Civil, o aditamento do pedido poderá ocorrer

- a) até a sentença, com o consentimento do réu.
- b) até a sentença, independentemente do consentimento do réu.
- c) até a apresentação de contestação, independentemente do consentimento do réu.
- d) até o saneamento, com o consentimento do réu.
- e) até o saneamento, independentemente do consentimento do réu.

61. Indeferida a tutela de urgência pelo juízo de 1ª instância, o autor interpôs agravo de instrumento diretamente no tribunal, pleiteando a concessão de tutela provisória. O relator, recebendo o recurso, indeferiu o pedido de tutela provisória. De acordo com o Código de Processo Civil, com o objetivo de reformar a referida decisão será cabível

- a) agravo de instrumento.
- b) recurso ordinário.
- c) agravo interno.
- d) agravo retido.
- e) recurso especial.

62. Mévio, residente em Joinville/SC, pretende ajuizar ação de execução de título extrajudicial em desfavor de Caio, residente em Florianópolis/SC e Tício, residente em Chapecó/SC. De acordo com o Código de Processo Civil, na hipótese narrada será competente o foro de

- a) Joinville/SC, por se tratar do domicílio do autor.
- b) Florianópolis/SC ou Chapecó/SC, à escolha de Mévio.
- c) Joinville/SC, Florianópolis/SC ou Chapecó/SC, à escolha de Mévio.
- d) Florianópolis/SC, por se tratar da capital do Estado.

e) Florianópolis/SC ou Chapecó/SC, à depender do valor da causa.

63. Em determinada execução de título extrajudicial, o exequente pretende se utilizar de medidas executivas atípicas com a finalidade de obter o bem da vida pretendido de forma mais célere. Ao receber o referido pedido, o juízo não agirá de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se

- a) decidir que sejam ponderados os princípios da efetividade e da menor onerosidade do executado.
- b) decidir fundamentadamente de acordo com as peculiaridades do caso concreto.
- c) negar o pedido, por falta de amparo no ordenamento jurídico.
- d) observar o princípio do contraditório e da razoabilidade, inclusive quanto à sua vigência temporal.
- e) decidir pela subsidiariedade das medidas.

64. Em determinada audiência de instrução e julgamento, o juízo procederá à oitiva das partes por meio do depoimento pessoal. Sobre essa prova em espécie, é correto afirmar que o juiz deverá observar que

- a) Independentemente de prévia intimação para prestar o depoimento, caso a parte se recuse a depor, ser-lhe-á aplicada a pena de confesso.
- b) É vedado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.
- c) Não se admite que a parte se valha da consulta de notas breves para completar esclarecimentos, sob pena de nulidade.
- d) Para responder sobre os fatos articulados, admite-se que a parte utilize de escritos anteriormente preparados.
- e) A parte pode requerer o seu próprio depoimento pessoal.

65. O juízo da Vara Cível da Comarca de Palhoça/SC, proferiu sentença em determinado feito de sua competência, mas percebeu alguns problemas no referido ato decisório. De acordo com o Código de Processo, depois de publicada a sentença,

- a) o juiz não pode mais alterá-la, seja de ofício ou a requerimento.
- b) o juiz só poderá alterá-la a requerimento da parte.
- c) poderá alterá-la apenas para corrigir inexactidões materiais.
- d) o juiz só poderá alterá-la de ofício.
- e) o juiz poderá alterá-la, para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, erros de cálculo.

66. A empresa X foi condenada ao pagamento de indenização milionária em processo em trâmite no TJ-SC. Constatada a inexistência de recursos e o início do cumprimento de sentença pela parte autora, pretende ajuizar ação rescisória. De acordo com o Código de Processo Civil, o direito à rescisão se extingue

- a) em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- b) em 2 (dois) anos contados da publicação da última decisão proferida no processo.
- c) em 3 (três) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- d) em 3 (três) anos contados da publicação da última decisão proferida no processo.
- e) em 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

67. Em outubro de 2023, na cidade de Joinville, Marcelo, impelido por um sentimento de posse, ceifou a vida de sua ex-companheira por razões da condição do sexo feminino. À época do fato, tal conduta era tipificada como homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena de 12 a 30 anos de reclusão. Em 2024, sobreveio a Lei nº 14.994/24, que criou o art. 121-A do Código Penal, transformando o feminicídio em crime autônomo e elevando a pena para reclusão de 20 a 40 anos. Marcelo é levado a julgamento pelo Tribunal do Júri em maio de 2026.

Diante desse conflito de leis penais no tempo, assinale a opção correta:

- a) Marcelo deve ser condenado pelo crime de feminicídio previsto no art. 121-A do CP, uma vez que a lei penal posterior deve retroagir integralmente para atingir fatos passados.
- b) Marcelo será condenado pelo crime de homicídio qualificado, conforme o art. 121, § 2º, do CP, aplicando-se a pena do novo art. 121-A por ser lei especial e posterior.
- c) Marcelo deve ser condenado pelo crime de feminicídio (art. 121-A), mas o juiz deverá aplicar a pena de 12 a 30 anos em razão da retroatividade benéfica parcial.
- d) Marcelo será condenado pelo crime de feminicídio (art. 121-A), aplicando-se a lei posterior em razão do fenômeno da ultratividade da lei gravosa.
- e) Marcelo será condenado pelo crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, previsto no art. 121, §2º, VI do CP, com base na ultratividade da lei penal mais benéfica.

68. Tiago, durante uma discussão familiar em Florianópolis, tentou matar seu primo, Mateus, que contava com apenas 12 (doze) anos de idade na data da conduta. Ressalte-se que a vítima é pessoa com deficiência física motora, condição que limitava sua capacidade de autodefesa e era de pleno conhecimento do agressor. Tiago foi processado e condenado por tentativa de homicídio.

De acordo com as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) Tiago será apenado por homicídio simples tentado, incidindo apenas uma agravante genérica na segunda fase da dosimetria em razão da idade da vítima.
- b) Tiago receberá a pena do homicídio qualificado tentado, incidindo uma majorante de um terço na terceira fase em virtude de a vítima possuir menos de 14 anos.
- c) A conduta de Tiago configura homicídio qualificado tentado, devendo a pena ser acrescida de uma causa de aumento de 1/3 (um terço) até a metade, por ser a vítima pessoa com deficiência.
- d) Tiago responderá por homicídio qualificado em razão da idade da vítima, sendo vedada a aplicação de qualquer outra causa de aumento.
- e) Tiago receberá a pena do crime de homicídio simples tentado, acrescida de uma majorante de 2/3 (dois terços) pelo fato de o crime ter sido praticado contra descendente.

69. Ricardo, aproveitando-se do horário de saída dos servidores nas proximidades da sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis, abordou a servidora Beatriz enquanto ela entrava em seu automóvel. Portando uma faca de cozinha e mediante grave ameaça, Ricardo exigiu a entrega das chaves e subtraiu o veículo. Ocorre que, cerca de dez minutos depois, após intensa perseguição iniciada por uma guarnição da Polícia Militar que avistou a manobra brusca, o agente foi interceptado e preso em flagrante com o bem.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que Ricardo cometeu o crime de:

- a) furto qualificado pelo emprego de arma branca, na forma consumada.
- b) furto majorado pelo concurso de pessoas, na forma tentada.
- c) roubo simples, na forma tentada, pois não houve a posse mansa e pacífica do automóvel.
- d) roubo majorado pelo emprego de arma branca, na forma consumada.
- e) roubo qualificado pelo resultado, na forma tentada.

70. Sérgio, Técnico Judiciário do TJSC, agindo com manifesta negligência no cumprimento de seu dever de custódia, deixou a porta de um depósito de materiais eletrônicos aberta ao final do expediente. Aproveitando-se desse descuido, seu colega de repartição, Flávio, agindo com dolo, subtraiu um tablet institucional avaliado em R\$ 3.500,00 para proveito próprio. Após o oferecimento e recebimento da denúncia contra ambos, mas antes da prolação de qualquer sentença, Sérgio arrependeu-se e ressarciu integralmente o valor do bem ao erário.

Nesse cenário, nos termos do Código Penal, a conduta de Sérgio:

- a) caracteriza o crime de peculato-furto, mas a reparação gera apenas uma atenuante genérica de pena por ter ocorrido após o recebimento da denúncia.
- b) configura o crime de corrupção passiva privilegiada, ensejando a redução da pena de um a dois terços em razão da reparação do dano.
- c) caracteriza o crime de peculato culposo, ocorrendo a extinção da punibilidade em razão de a reparação do dano ter precedido a sentença irrecorrível.
- d) é penalmente atípica, uma vez que o valor do bem e a reparação voluntária atraem a incidência do princípio da insignificância.
- e) configura peculato culposo, mas a reparação nesse estágio processual gera apenas a redução da pena pela metade.

71. O instituto da prescrição penal é a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo. O Código Penal estabelece marcos que suspendem ou interrompem esse prazo. Assinale a alternativa que indique, corretamente, uma causa considerada impeditiva (suspensiva) da prescrição:

- a) A publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis
- b) O trânsito em julgado da sentença para a acusação
- c) O cumprimento de pena pelo agente no exterior
- d) A decisão de pronúncia no rito do Tribunal do Júri
- e) O recebimento da denúncia ou da queixa

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

72. No curso de ação penal instaurada pela suposta prática do crime de peculato, a defesa de Antônio sustentou que determinados documentos obtidos após o encerramento da instrução demonstrariam a licitude das condutas atribuídas ao acusado. Antes do julgamento dos memoriais, o defensor requereu a juntada desses documentos aos autos.

O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido, alegando preclusão consumativa, sob o argumento de que a fase instrutória já havia sido encerrada e que a admissão da documentação violaria a paridade de armas.

O magistrado, acolhendo a manifestação ministerial, indeferiu a juntada sob o fundamento de que a produção documental somente seria possível até o encerramento da instrução processual.

Considerando o disposto no Código de Processo Penal e o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) A juntada de documentos somente é admitida até o encerramento da instrução processual, operando-se preclusão após esse momento.

b) É vedada a juntada de documentos após a apresentação das alegações finais, ainda que se trate de documento novo.

c) As partes podem apresentar documentos em qualquer fase do processo, ressalvadas as hipóteses legais, assegurado o contraditório.

d) Apenas a acusação pode apresentar documentos supervenientes após a instrução processual.

e) A juntada de documentos após a sentença depende de autorização expressa do tribunal competente.

73. Oferecida denúncia pela prática do crime de estelionato, o magistrado verificou a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, recebendo a peça acusatória. Determinou-se, então, a citação do acusado Marcelo para apresentar resposta escrita.

Regularmente citado, Marcelo permaneceu inerte e não constituiu defensor. Diante disso, o magistrado cogitou decretar sua revelia e prosseguir diretamente para a audiência de instrução e julgamento.

À luz do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

a) A ausência de resposta à acusação gera revelia e presunção relativa de veracidade dos fatos narrados na denúncia.

b) Diante da inércia do acusado, o juiz deverá nomear defensor para oferecer resposta à acusação.

c) O prazo para apresentação da resposta à acusação é de cinco dias.

d) A resposta à acusação é ato facultativo, podendo ser suprida pela defesa técnica em audiência.

e) O juiz deverá decretar a revelia do acusado e proferir sentença antecipada.

74. Durante investigação relativa ao crime de associação criminosa, o Ministério Público requereu a prisão preventiva de Ricardo, sustentando exclusivamente a gravidade dos fatos e o elevado clamor social decorrente da repercussão do caso na mídia local.

O magistrado deferiu o pedido, limitando-se a afirmar que o delito imputado é grave e que a prisão seria necessária para preservar a credibilidade da Justiça.

Inconformada, a defesa impugnou a decisão, alegando ausência de fundamentação concreta.

À luz do Código de Processo Penal e da jurisprudência consolidada do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

- a) A prisão preventiva exige fundamentação concreta e individualizada, não bastando referências genéricas à gravidade do crime.
- b) A prisão preventiva pode ser decretada para preservar a credibilidade das instituições públicas, independentemente de elementos concretos.
- c) A decisão é válida, pois a associação criminosa admite automaticamente a prisão preventiva.
- d) A gravidade abstrata do delito e o clamor público são fundamentos autônomos suficientes para a decretação da prisão preventiva.
- e) A prisão preventiva possui natureza de antecipação da pena quando presentes indícios suficientes de autoria.

75. Lucas foi preso preventivamente sob alegação de garantia da ordem pública. Inconformada, sua irmã, que não possui inscrição na OAB, redigiu e protocolou *habeas corpus* perante o tribunal competente, sustentando a ilegalidade da custódia cautelar.

Ao receber a impetração, o relator questionou a legitimidade ativa da impetrante, em razão da ausência de capacidade postulatória.

À luz do Código de Processo Penal e da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O habeas corpus exige capacidade postulatória, sendo privativa a atuação de advogado regularmente inscrito na OAB.
- b) Apenas o paciente possui legitimidade para impetrar habeas corpus.
- c) O Ministério Público é o único legitimado extraordinário para impetração do habeas corpus.
- d) Qualquer pessoa pode impetrar habeas corpus em favor próprio ou de terceiro, independentemente de capacidade postulatória.
- e) O habeas corpus depende de procuração com poderes específicos.

76. Em ação penal pública, o juiz condenou Fernando pela prática do crime de furto qualificado. A defesa foi regularmente intimada da sentença em 10 de março, interpondo recurso de apelação no dia 18 de março.

O Ministério Público requereu o não conhecimento do recurso, sustentando sua intempestividade.

Considerando o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O prazo para interposição da apelação criminal é de 15 dias.
- b) O prazo para interposição da apelação é de 10 dias.
- c) A apelação deve ser interposta no prazo de cinco dias, sendo intempestivo o recurso apresentado após esse período.
- d) O prazo recursal é contado em dias úteis, aplicando-se subsidiariamente o CPC.
- e) A apelação criminal é substituída pelo recurso em sentido estrito contra sentença condenatória.

DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA*Ricardo Torques*

77. A Lei X do Estado Alfa foi devidamente publicada, entrando em vigor na mesma data da publicação. Determinada entidade de proteção ao meio ambiente entende que a referida norma representaria uma involução na matéria, deixando de proteger um núcleo essencial anteriormente garantido. De acordo com a doutrina de direitos humanos, é correto afirmar que a norma viola o(a) denominado(a)

- a) efeito *cliquet*.
- b) vedação ao *non liquet*.
- c) eficácia diagonal dos direitos humanos
- d) teoria da margem da apreciação.
- e) eficácia horizontal dos direitos humanos.

78. Em palestra proferida para os recém aprovados no concurso do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o desembargador palestrante mencionou a existência de dimensões de direitos humanos. Em relação à segunda dimensão, enfatizou a ligação com os direitos sociais, direitos econômicos e os direitos culturais, em razão da evolução do Estado Liberal para o Estado Social. Em relação à referida dimensão, tem como um de seus marcos históricos:

- a) Surgimento da Organização das Nações Unidas em 1945.
- b) O Pós-segunda guerra mundial.
- c) Revolução Francesa de 1789.
- d) Revolução Mexicana de 1917.
- e) Independência dos Estados Unidos.

79. Em análise de determinado processo judicial, Tício, recém-empossado no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pretende compreender o *status* de determinado tratado internacional de direitos humanos arguida por uma das partes como fundamento para a sua pretensão. Para que o referido tratado internacional de direitos humanos

tenha *status* de emenda constitucional, é necessário:

- a) o apoio da corte interamericana de direitos humanos.
- b) o apoio da comissão interamericana de direitos humanos.
- c) aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros
- d) aprovação na câmara dos deputados em turno único, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
- e) aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um terço dos votos dos respectivos membros

80. Em relação às ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos relativas à pessoa idosa, é correto afirmar que:

- a) Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, apenas o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa.
- b) É vedado o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados.
- c) As referidas ações serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência relativa para processar a causa.
- d) O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser superior a 10 (dez) dias.
- e) Nas referidas ações não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
